

ENSINO CONTÁBIL: tecnicismo ou processo científico-educacional?

Luiz Carlos dos Santos

De pronto, cabe salientar que ensino efetivo deve contemplar teoria e prática da pesquisa para além do *locus* da academia, enquanto processo de formação científica do estudante reverberando na formação educativa, típica de emancipação social, crítico-reflexiva, em que propicie o diálogo com a realidade circundante.

Esse entendimento está coadunado com que diz o Relatório da UNESCO, datado de (2003, p. 82):

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, ante de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades.

Entretanto, como conciliar essa passagem com a atual realidade na qual o sistema educacional está imerso? A resposta ou, pelo menos, uma contribuição do entendimento e das possíveis realizações foram sistematizadas no livro *Educação: Um Tesouro a Descobrir*, título que recebeu o citado relatório.

O objetivo do relatório é destacar que o fim maior da educação é desenvolver, dentro de uma perspectiva essencialmente humanista, equitativa e contínua, habilidades, experiências e as aptidões do ser humano, respeitando as circunstâncias locais de tradição e cultura.

Para tanto, o Relatório em tela apresenta quatro pilares fomentadores de uma aprendizagem consentânea com o papel educacional: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Conjugando esses pilares, tem-se a junção do plano cognitivo com o lado prático do conhecimento, transformando o educando em pessoa com autonomia participativa, não se resumindo, dessa forma, a um mero acumulador de informações.

Conhecendo essa proposta e, especificadamente em relação ao ensino contábil, propõe-se a analisar o aprender a conhecer e o aprender a fazer como uma maneira de refletir e transpor a prática educacional que permeia a Contabilidade. Porém, o que de fato significam essas expressões? E o mais importante: qual vem a ser a sua aplicabilidade na educação contábil?

Aprender a conhecer expressa a importância de se ter o conhecimento que constitui atividade meio e fim de todo o processo educacional e, numa visão mais ampla, de “todos os

processos produtivos por ser vital e imprescindível à sobrevivência presente e futuro da humanidade” (GIROLETTI; MURIEL, 2013, p. 1). Assim, nessa categoria, a preocupação é “adquirir os instrumentos da compreensão” (UNESCO, 2003, p. 90). No entanto, é necessário destacar que a educação tida por formal sempre teve o seu eixo focado no pensamento de mera transmissão do conhecimento, concentrando a importância do saber numa mera feição utilitarista na qual o educando constitui um depósito dos saberes. O que o relatório aborda é diferente. A ideia consiste em conhecer os “próprios instrumentos do conhecimento”. Ou seja, é uma mudança significativa, pois parte do pressuposto que educação é formação cultural que privilegia a interdisciplinaridade, bem assim a transdisciplinaridade, nas quais o conhecimento sobre diversas áreas se complementa, possibilitando uma visão holística do saber que suplanta o conhecimento estanque.

Por outro lado, aprender a fazer significa operacionalizar o conhecimento, dar vida ao mesmo, transformando-o em realizações práticas que, concomitantemente, prestigiam a utilização de tecnologias, mas também valorizam a equipe onde se opera e materializa o conhecimento adquirido. Nesse ponto, a preocupação é superar um modelo automatizado de execução de tarefas que recorda os ensinamentos tayloristas e fordistas.

Em outras palavras, significa dizer que “aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa” (UNESCO, 2003, p. 93).

Propõe-se, ao contrário, uma atribuição de competência na qual se verifica que todos devem ter o domínio de tudo, posto que o conhecimento é dinâmico, mutável, como assinalam Giroletti e Muriel (2013, p. 4):

A noção da qualificação torna-se superada porque ela prioriza excessivamente a especialização no âmbito do ensino e torna-se inadequada ao desenvolvimento do sistema produtivo, revolucionado permanentemente por novas tecnologias, processos e aumento da competitividade em escala global. Reafirma-se, em seu lugar, a “noção de competência” associada à formação generalista por ser ela a que melhor prepara o homem e a mulher para os desafios atuais da economia globalizada e para as novas mudanças no sistema produtivo que estão ocorrendo em reação à crise econômica internacional.

Analisando-se as propostas de **aprender a conhecer e aprender a fazer** e conjugando-as com a Resolução CNE/CES nº 10/2004, fundante das diretrizes curriculares nacionais do curso de Ciências Contábeis, percebe-se que o mencionado documento também se dedica a essas questões. De fato, ele sublinha, em seu artigo 5º, uma especial atenção à formação diferenciada do acadêmico de contábeis, construída em três eixos presentes nos

projetos pedagógicos daquele curso: eixo de formação fundamental, eixo de formação profissional e eixo de formação prática.

Os referidos eixos de formação fundamental e profissional contemplam o conhecimento teórico abrangente, humanístico, interdisciplinar, propício à formação de um acadêmico possuidor de uma “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia contábil, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos contábeis e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício das Ciências Contábeis, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania” (artigo 3º da Resolução CNE/CSE nº 9/2004).

No entanto, essa especial dedicação à formação fundamental do acadêmico de contábeis aparenta ser meramente documental, pois, na prática, as disciplinas de Sociologia, Psicologia, Economia, Administração, dentre outras, acabam tendo a sua importância condicionada à exigência nos concursos públicos e nos exames de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nesse ponto, por uma questão de competição mercadológica, as Instituições de Educação Superior (IES) que ofertam curso de Ciências Contábeis apenas recebem o devido prestígio na sociedade quando o seu índice de aprovação no mencionado certame chega a um patamar satisfatório. O problema é que, normalmente, o ensino voltado à aprovação daquele exame, e demais concursos públicos, resume-se a um conhecimento meramente tecnicista, legalista, decoreba dos bens, direitos e obrigações de uma azienda.

Nesse contexto, a dimensão humana que se espera de um futuro contador pode não se concretizar. E é nesse ponto que o professor necessita saber que a IES prepara o acadêmico, não se resumindo a um mero centro de reprodução de informações, como bem relata Macell Cunha Leitão (2012) ao destacar que esse conhecimento meramente técnico satisfaz um interesse imediato do estudante, mas conduz no enfraquecimento das Instituições Públicas, Organizações Privadas, Entidades do Terceiro Setor e a Sociedade (como um todo), que receberá apenas um profissional incumbido de realizar lançamentos, efetuar demonstrações e emitir notas técnicas - alguns professores poderiam ver nessa prática tecnicista dos cursos de contabilidade a importante finalidade social de possibilitar aos futuros bacharéis acesso a conteúdos que constam em provas como o exame de suficiências do CFC ou concursos públicos, viabilizando a ascensão social de um novo perfil de discentes de contábeis.

Contudo, esse argumento padece do equívoco de desconsiderar a impossibilidade de equiparação das IES que oferta curso de contábeis com os cursinhos para exames dessa

espécie. Além do mais, pensar desta forma inverte a relação de causalidade necessária entre educação e mercado de trabalho, pois cabe ao ensino superior desenvolver no alunado condições para o bom desempenho profissional. Nesse sentido, a arguta crítica de Buarque (2003) ao afirmar que a universidade, de criadora de condições para a concorrência e para o sucesso no mercado, tem se transformado ela própria num mercado”.

Por outro lado, no eixo de formação prática, valoriza-se os estágios curriculares, atividades de pesquisa e outras de extensão, como forma de conciliar a prática com a teoria. Mas aqui pode residir uma celeuma: geralmente, os professores do curso de Contabilidade possuem uma atividade principal metadocente (Contador Público, Contador de Organizações Privadas, Contador de Entidades do Terceiro Setor, Contador Autônomo, Auditor, Perito, dentre outras atividades correlatas). Essas carreiras paralelas são interpretadas como um benefício proporcionado ao acadêmico de contábeis, vez que terá um profissional da área, um experiente no assunto, que lhe ofertará casos práticos do mundo contábil.

Entretanto, sob um olhar mais atento, a realidade mostra que esses mesmos profissionais possuem pouco de tempo para prepararem as suas aulas e, sobretudo, que muitos não possuem a formação didático-pedagógica condizente à docência (FERREIRA SOBRINHO, 2000). O resultado imediato dessa vivência vem a ser uma aula expositiva, monologada, que se resume em projeção de slides e comentários da legislação (previdenciária, fisco-tributária, trabalhista, empresarial), do fazer contábil cotidiano, perfazendo, nos dizeres de Paulo Freire, uma configuração bancária que renega a prática reflexiva.

De fato, o ensino contábil sempre esteve voltado ao professor, personagem central da aprendizagem, cuja práxis consiste na memorização de conceitos, operacionalização das práticas contábeis, desprezando o conhecimento crítico. Enfim, trata-se de uma pedagogia tradicionalista, em que “o educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita” (FREIRE, 1979, p. 20).

E, de forma mediata, há de se ponderar que, diferente das demais profissões, o conhecimento do profissional do Contábil influencia constantemente toda uma sociedade, afinal, por exemplo, é por intermédio da publicação das demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas que os cidadãos (investidores) tomam conhecimento da situação das empresas para realizar seus investimentos. Assim, o conhecimento contábil produzido nas salas de aula transpassa o mundo acadêmico e repercute de forma prática e direta na vida social. De acordo com Pedro Demo (1990, p. 106), “A prática adequada incute no cientista social pelo menos duas virtudes essenciais: a modéstia do pesquisador, que descobre

sobretudo que a sua descoberta é sempre parcial; e a pertinácia do lutador, que percebe ser toda mudança relevante luta renhida. Enfim, o Contador é um agente social, até porque as Ciências Contábeis estão embutidas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, conforme estatue o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Somado a isso, deve-se destacar que educar constitui um ato político. Assim, a educação contábil pode trilhar dois caminhos diferentes: pode ser concebida como arte se servir como tecnologia de controle, onde o processo educacional pode estar baseado na transmissão despolitizada do saber produzido pela dogmática contábil; quanto como ciência, onde se exige uma atitude crítica e especulativa. (LEITÃO, 2012).

Em última análise, todos esses questionamentos resumem-se a uma indagação basilar: qual o papel que o professor do curso de Ciências Contábeis desempenha na formação do ideário pedagógico do curso? Vale dizer, ao tomar consciência que educar é sim um ato político, o professor também passa a compreender que a sua postura na sala de aula influencia de forma direta no desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências do perfil do graduando.

Ou seja, é inegável que o perfil desejado aos acadêmicos de contabilidade depende necessariamente da tomada de consciência que ser docente não significa apenas a transmissão de conhecimentos técnico-científicos, mas, antes de tudo, que a prática educativa do professor engloba na formação e na efetivação do papel social do Contador. Nesse sentido, André Azevedo da Fonseca (2005, p. 4) sintetiza essa questão com as seguintes palavras: “Daí a importância da compreensão de que educação é política. E depois de perceber que também é um político, o professor não pode deixar de se perguntar: “Que tipo de política estou fazendo em classe?” Ou melhor: “Estou sendo um professor a favor de quem?” E se educa a favor de alguém, o professor também deve perguntar-se contra quem está educando.

Conhecedor dessa intrínseca relação, o aprender a conhecer e o aprender a fazer colaboram de modo significativo para o crescimento da formação humanística acadêmica – “capaz de perceber a importância da luta histórica na ocupação dos espaços sociais, no contexto da unidade de contrários, com realce para a forma organizada de cidadania” – claro que tudo isso aliado às exigências de produtividade do mercado.

Encerra-se este texto acreditando que o ensino contábil não se circunscreve a um mero tecnicismo, mas, sim um processo científico-educacional – uma prática docente, uma atitude de pesquisa -, na qual o professor assume enquanto conduta estrutural, a iniciar-se pelo reconhecimento de que sem ela não há como ser docente no seu sentido pleno, conforme apregoa Pedro Demo (1990).

REFERÊNCIAS

- CONSTATE, Tatiana Moraes. **O Modelo Bancário do Ensino Jurídico**. (2013). Disponível em:
http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28360:2013-08-08-22-06-15&catid=343:328&Itemid=21. Acesso em: 20 ago. 2020.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. **Didática e aula em direito**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.
- FONSECA, André Azevedo da. Jornalismo para a transformação: a pedagogia de Paulo Freire aplicada ao ensino de comunicação social. **V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife**, 19 a 22-setembro 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Campinas: Paz e Terra, 1979.
- GIROLETTI, Domingos; MURIEL, Willie. **Os desafios da educação em tempo de crise**. Obtido no *site* cartaconsulta.com.br. Acesso em: 08 de maio de 2020.
- LEITÃO, Macell Cunha. A Crise Políticos-Epistemológica do ensino do direito. Ou: por que formar juristas críticos hoje? In: **XXI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI)**. Disponível em:
<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uff.php>. Acesso em: 15 maio 2020.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, Luiz Carlos dos. **Didática e aula em Contábeis**. (2014). Disponível em:
<www.lcsantos.pro.br>. Acesso em: 20 maio. 2020.
- UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. 8.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.